



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2023-0063

BI-2023-0072

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 25/05/2023

Hora: 14h10

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada em resposta a um pedido de colaboração da Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico – Açores DMO (Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas) no âmbito do processo de certificação da Região como destino turístico sustentável.

No local foi contactada a responsável pelo CRP das Flores e do Corvo, Nanci Leandra Pinto Nunes, a qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Resiaçores - Gestão de Resíduos dos Açores, Lda

NIPC/NIF: 512097585

Sede/morada: Rua Salomão Levy - Lote 61- Parque Industrial

Código Postal: 9700-135

Freguesia: Porto Judeu

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Ilha Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Centro de Processamento de Resíduos da ilha das Flores - Resiaçores

Endereço: Estrada Regional - Lugar da Várzea, s/n

Código Postal: 9960-434

Freguesia: Lajes das Flores

Concelho: Lajes das Flores

Ilha: Ilha das Flores

Atividade principal: 38322 - Valorização de resíduos não metálicos

Outras atividades:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Período de funcionamento: 8h00 – 18h00 (2.ª a Sábado)

Licenciamento da atividade: Alvará OGR n.º 16/DRAAC/2022



Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O centro de processamento de resíduos é composto por um pavilhão, um ecocentro, uma estação de transferência e instalações de apoio e tem capacidade instalada de 22.000 toneladas por ano.

No pavilhão são realizadas operações de triagem, armazenagem e valorização orgânica por compostagem, e ainda a estabilização de resíduos indiferenciados. O espaço destina-se ao tratamento de matéria orgânica de origem doméstica e florestal, através de biodegradação aeróbia, com vista à produção de composto. Neste espaço poderão ainda ser realizadas operações de triagem e armazenagem de outras tipologias de resíduos.

No ecocentro são realizadas as operações de receção e armazenagem de resíduos para posterior encaminhamento para destino adequado. O ecocentro está equipado com diversos contentores destinados ao acondicionamento e expedição dos resíduos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Na estação de transferência são realizadas operações de compactação, armazenagem e posterior expedição dos resíduos para destino final. A estação de transferência é constituída por uma tremonha de alimentação, um compactador estacionário, uma mesa de translação com 3 postos de estacionamento e contentores adequados à função.

As instalações de apoio compreendem, nomeadamente, portaria, equipamento de controlo e pesagem, zona administrativa e de apoio à exploração, oficina, unidade de lavagem de rodados, reservatórios de água e área para parqueamento de viaturas e contentores.

O centro de processamento de resíduos das Flores está dotado de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos, bem como de águas pluviais.

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Tipologia de águas residuais		Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/>	Urbanas	Edifício administrativo	ETAR/L	Solo
<input type="checkbox"/>	Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro tipo de águas residuais industriais	Oficina, estação de transferência, plataforma do ecocentro, unidade de lavagem de rodados, báscula e centro de valorização orgânica	ETAR/L	Solo

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

- ☐ Operador de gestão de resíduos;
- ☐ Valorização agrícola;
- ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2022/176
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Efetuem autocontrolos semestralmente, conforme o definido no ponto 18 da licença.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

Obs: A ETAR/L continua sem funcionar, não existindo rejeição de águas residuais, uma vez que essas, nomeadamente as águas oleosas, são encaminhadas para o tanque, situado a jusante do pavilhão da compostagem,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

ficando aí armazenadas. Essas águas são retiradas pelo OGR Varela uma vez por ano. Em 2021 encaminharam 3,5 ton. de águas oleosas (130507*) para o referido OGR.

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

O primeiro passo na receção dos resíduos consiste na pesagem e classificação (inspeção visual) dos mesmos, iniciando os registos numa base de dados especificamente criada para o efeito, sendo inseridas as seguintes informações: data de receção, cliente, quantidade, descrição do resíduo, código LER, origem, destino, transportador, matrícula viatura, e-GAR, etc. Os resíduos são então encaminhados para o pavilhão, onde são separados.

A operação de descarga é efetuada de forma a minimizar efeitos negativos sobre as pessoas e ambiente, nomeadamente a dispersão de poeiras ou resíduos e emissão de ruído. Após a descarga dos resíduos, as viaturas são sempre pesadas à saída, sendo entregue ao motorista o duplicado do talão de pesagem. O processamento de resíduos depende da sua tipologia e composição.

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos		Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos perigosos não urbanos	119,955 ton.	R13	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros resíduos não urbanos	840,327 ton.	R13	
<input type="checkbox"/>	Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/>	Resíduos urbanos	1225,8918 ton	R13	

5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores	1011,32 ton.
Município de Lajes das Flores	856,02 ton.
Ambicorvo, Lda.	204,48 ton.

No final de 2022 o operador tinha 575,823 toneladas de resíduos armazenados, sendo na sua maioria os seguintes: 191212 (120,06 t); 170201 (93,04 t) e 191202 (42,91 t), tendo saído das instalações 1460,51 toneladas. Informação retirada do Mapa SRIR OGR 2022.

Existia, desde fevereiro de 2023, um grande passivo de “refugo” que se encontrava infestado com baratas e como tal não é possível ser expedido. Estavam a tentar encontrar uma solução para esse problema em conjunto com a SRAAC.

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
-	-	-	-

No mapa SRIR de produtor de resíduos de 2022, o operador não declarou a produção de nenhuma tipologia de resíduos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	REEE armazenados no exterior, expostos a intempéries.
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Mapa dos resíduos geridos em 2022 submetido em 28/02/2023.
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Não cumprido	Existência de REEE armazenados no exterior, expostos às intempéries. Falta de condições estruturais.
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às **condições impostas na licença** para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) A Resiaçores fica autorizada a gerir os resíduos constantes da lista do anexo I que faz parte integrante da licença. A lista dos resíduos admitidos na instalação, identificados de acordo com Lista Europeia de Resíduos, deve estar disponível na instalação;	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. b)]	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

b)	Todas as áreas de gestão devem estar devidamente delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação;	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. e)]	Cumprido	
c)	Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER;	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. f)]	Cumprido	
d)	Os resíduos perigosos líquidos devem ser armazenados em contentores estanque de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção, existindo no local equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. g)]	Cumprido	
e)	É proibida a mistura entre diferentes categorias de resíduos perigosos, bem como de resíduos perigosos com outras categorias de resíduos, substâncias ou materiais, sendo expressamente proibida a diluição de substâncias perigosas	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. h)]	Cumprido	
f)	Os resíduos perigosos devem ser armazenados separadamente dos resíduos não perigosos;	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. i)]	Cumprido	
g)	Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos devem ser embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença;	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. j)]	Não verificado	
h)	A instalação está equipada com equipamentos de combate a incêndios. Todos os extintores existentes devem estar validados e instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. l)]	Cumprido	
i)	Devem ser previstos circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. m)]	Cumprido	
j)	Todas as áreas de armazenagem de matérias primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações, devem estar identificadas e delimitadas.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. n)]	Não verificado	
k)	Devem existir estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se mantém fechado fora das horas de atendimento	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. o)]	Cumprido	
l)	Deve estar afixado um painel, em lugar bem visível do exterior da instalação, onde consta, nomeadamente a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contatos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. p)]	Cumprido	
m)	Devem estar registados os procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. q)]	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

n)	A instalação deve estar dotada de um sistema de pesagem com báscula, para quantificar e registar os resíduos admitidos.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. r)]	Cumprido	
o)	Deve ser mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. s)]	Cumprido	
p)	Deve ser efetuado o registo no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) conforme o disposto no artigo 160.º e seguintes do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. t)]	Cumprido	
q)	O transporte de resíduos deve cumprir com as regras previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro e na Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro. O transporte de resíduos abrangidos pelos critérios de classificação de mercadorias perigosas deve ainda obedecer à regulamentação de transporte de mercadorias perigosas por estrada.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. u)]	Cumprido	
r)	Caso aplicável, a colocação de composto no mercado deve cumprir o estipulado no Decreto Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes.	Alvará OGR 16/DRAAC/2022 [4. v)]	Não aplicável	

5. Relatórios

- 5.1. **Relatório de Atividades:** Comprovaram o envio à DRAAC, em 31/05/2023, do Relatório de Atividades e Contas de 2022.
- 5.2. **Plano de Atividades:** Comprovaram o envio à DRAAC, em 30/09/2022, do Plano de Atividades e Orçamento para 2023
- 5.3. **Registos de Entradas e Saídas:** Comprovaram o envio à DRAAC, mensalmente, dos Registos de Entradas e Saídas de resíduos da instalação, referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2023.

6 – Substâncias perigosas

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona industrial	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não aplicável	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro da Açoreana com a Apólice n.º 0004690432



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Continuam a armazenar os REEE's no exterior, em local impermeabilizado, mas não coberto, devido à falta de condições estruturais. Incumprimento das regras para o tratamento dos REEE's em violação do disposto no n.º 2 e/ou 3 artigo 61.º do Decreto Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, constitui contraordenação grave, nos termos da alínea ff) do n.º 2 do artigo 90.º do Decreto Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €12 000 a €216 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 3).

11 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Envio do relatório à entidade licenciadora (DRAAC) e DMO, para conhecimento.

Ponta Delgada, 2 de agosto de 2023